

PLATAFORMA

DA CLASSE

TRABALHADORA

para as eleições 2018



CUT

BRASÍLIA

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Diretoria Executiva da CUT Brasília - 2015/2019

Presidente interino: Rodrigo Rodrigues Costa e Lima

Vice-presidenta: Magnete Barbosa Guimarães

Secretário de Administração e Finanças: Julimar Roberto de Oliveira Nonato

Secretário de Organização e Política Sindical: Douglas de Almeida Cunha

Secretária de Formação: Nilza Cristina Gomes dos Santos

Secretária de Saúde do Trabalhador: Selene Siman

Secretário de Comunicação: Marcos Junio Duarte Nouzinho

Secretária de Relação do Trabalho: Juliana da Silva Ferreira

Secretária de Mulheres Trabalhadoras: Sônia de Queiroz

Secretária do Meio Ambiente: Vanessa Sobreira Pereira

Secretário de Igualdade Racial: André Luiz da Conceição

Secretário de Políticas Sociais: Yuri Soares Franco

Secretária da Juventude: Maria do Socorro Neves Santos

Expediente

Elaboração - Evania Barros | Clarice Gosse

Revisão - Paula Morena | Vanessa Galassi | Leandro Gomes | Leidiane Souza

Projeto gráfico e diagramação - Jean Maciel

Agosto de 2018

***Acesse nosso
site, facebook,
twitter e instagram!***



/cutbrasiliaoicial



/CUTBrasilia



/cutbrasiliao



Sumário

Geração de emprego, trabalho e renda como motor para o desenvolvimento do DF.....	9
Promoção da democratização das relações de trabalho e o combate às práticas antissindicais.....	9
Fortalecimento do papel do servidor público no processo de desenvolvimento do Distrito Federal.....	10
Na Educação.....	10
Preservação do patrimônio público e defesa das estatais.....	11
Contra os desmontes dos bancos públicos e em defesa dos trabalhadores/as das instituições financeiras.....	11
Democratização dos meios de comunicação como parte de uma estratégia democrática.....	12
Ampliação dos espaços de participação social e política, com transparência e monitoramento das políticas públicas.....	13
Garantia de respeito às diferenças, à acessibilidade e à inclusão Social.....	13
Combate à precarização imposta aos trabalhadores terceirizados.....	13
Consolidação da política ambiental consoante com um projeto de desenvolvimento, garantindo o direito à cidade, à mobilidade urbana, ao acesso à cultura e ao atendimento de qualidade por parte do Estado.....	14
Saúde pública de qualidade, gratuita e universal.....	15
Saúde do Trabalhador.....	15
Políticas afirmativas para as mulheres.....	16
Promoção de políticas para a juventude.....	16
Promoção da Igualdade Racial.....	17
Segurança Pública no DF.....	17
Melhoria e reconhecimento do trabalho no campo.....	18
Políticas públicas.....	18
Saúde.....	18
Educação no campo.....	19
Agricultura familiar.....	19
Reforma Agrária.....	19

Apresentação

A CUT tem protagonizado ao longo dos anos a luta em defesa do povo brasileiro, e em especial da classe trabalhadora, tanto em âmbito local quanto nacional.

Nas Eleições 2018, a nossa prática não poderia ser diferente! O Brasil passa por momentos de retrocessos e perdas de direitos, por isso, mais do que nunca, se faz necessário elegermos candidatos comprometidos com os interesses dos/as trabalhadores/as e dispostos a dar um basta no Golpe político, midiático e jurídico ocorrido em 2016 que já causou prejuízos imensuráveis ao país, além de entregar as nossas riquezas ao capital estrangeiro.

Para interrompermos esse processo golpista serão necessárias mudanças estruturais que assegurem o resgate da democracia e dos direitos, a defesa das organizações da classe trabalhadora e a participação popular.

Brasília, assim como o restante do país, sofreu retrocessos ao longo dos últimos quatro anos, que prejudicaram sobremaneira a classe trabalhadora. Diante disso, é imprescindível que sejam eleitos nesta capital representantes que apoiem um projeto de desenvolvimento democrático-popular capaz de ampliar a capacidade do Estado em investir em infraestrutura e em políticas públicas voltadas para o atendimento da população, em especial, nas áreas de educação, saúde, mobilidade urbana, meio ambiente sustentável, segurança e proteção social.

A CUT é contra retrocessos e continuará lutando incansavelmente para que esse país volte a ter crescimento, com inclusão social, desenvolvimento sustentável e distribuição de renda. Por isso, estamos intensificando nossa estratégia organizativa e de lutas, apresentando propostas de um projeto de desenvolvimento para Brasília que estão consolidadas nesta Plataforma da Classe Trabalhadora.

Este material é um instrumento importante, que reúne um conjunto amplo de propostas elaboradas coletivamente por nossas entidades filiadas, e é uma forma de intervir efetivamente nos rumos que Brasília deverá seguir. Por entendermos que a cidadania plena é a principal marca de uma sociedade democrática, apresentamos essa Plataforma como forma de contribuir para a construção de uma nova sociedade que seja justa, igualitária e solidária.

Brasília, 20 de agosto de 2018.

Rodrigo Rodrigues

Presidente interino da CUT Brasília



/cutbrasiliaoicial



/CUTBrasilia



/cutbrasilia

PROPOSTAS DA PLATAFORMA DA CLASSE TRABALHADORA CUT BRASÍLIA

Brasília necessita de candidatos que representem um projeto alternativo de sociedade, baseado na democracia, no desenvolvimento sustentável, na inclusão social, na igualdade de direitos e na centralidade do trabalho.

Para que possamos avançar rumo a essa Brasília, apresentamos as seguintes propostas:

GERAÇÃO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA COMO MOTOR PARA O DESENVOLVIMENTO DO DF

A aprovação da pior legislação trabalhista de que se tem notícia resultou em um aumento vertiginoso do desemprego. Não bastasse esse retrocesso, houve a alteração nas formas de contratação, o achatamento dos salários, a retirada de direitos, o crescimento do emprego precário, dos sem carteira, do trabalho temporário e intermitente. Diante disso é fundamental:

- Implementação de um salário mínimo regional para o Distrito Federal baseado no salário constitucional necessário calculado pelo DIEESE;
- Promoção de políticas de geração de empregos formais e renda de qualidade, com garantia de direitos e estabilidade.

PROMOÇÃO DA DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E O COMBATE ÀS PRÁTICAS ANTSSINDICAIS

A contrarreforma trabalhista trouxe, entre outros retrocessos, o aumento dos ataques direcionados às organizações sindicais e seus dirigentes. Em um momento de luta pela manutenção dos direitos e contra o desemprego, a resistência das entidades sindicais e dos seus dirigentes é fundamental para garantir o diálogo e uma negociação de equidade entre os patrões e a classe trabalhadora. Esses representantes conquistaram suas funções por meio de eleição ou assembleias realizadas junto à base, tendo, portanto, legitimidade no direito de exercerem os seus mandatos. Sendo assim é necessário:

- Implantação de Mesa Permanente de Negociação, reconhecendo-a, efetivamente, como instrumento democrático;
- Respeito à Autonomia e Liberdade sindical, assim como ao direito de sindicalização, que são conquistas fundamentais da classe trabalhadora, adquiridas ao longo de anos;
- Combate às práticas antissindiais, assegurando a organização dos trabalhadores/as no local de trabalho e a proteção eficaz contra todo ato prejudicial a eles/as, incluída a demissão por razões de suas atividades sindicais e de sua filiação a sindicato;
- Respeito à garantia da estabilidade no exercício da atividade sindical, conforme os princípios expressos no Artigo 8º da Constituição Federal de 1988;
- Combater à precarização do trabalho e defesa da manutenção dos Acordos Coletivos dos/as trabalhadores/as, evitando assim a violação de direitos.

FORTALECIMENTO DO PAPEL DO SERVIDOR PÚBLICO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL

A aprovação da Emenda Constitucional 95, em 2016, que congela por 20 anos os gastos públicos e investimentos nas áreas sociais, resultou em efeitos negativos no que diz respeito aos direitos sociais e ao reajuste do funcionalismo público. Vivemos um verdadeiro massacre promovido contra esse segmento, deste modo, é importante revogarmos a referida Emenda, assim como colocarmos um fim nessa precarização imposta aos servidores públicos e à população que também sofre com esse descaso.

- Defesa e cumprimento da Lei 840/2011 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do DF, de maneira a não permitir nenhuma retirada de direitos e assegurando o cumprimento de todos os artigos da Lei;
- Comprometimento em manter e cumprir todos os Acordos Coletivos celebrados no âmbito do GDF;
- Valorização do servidor e do serviço público, assim como a revitalização das instituições públicas do DF como forma de proporcionar melhores condições de trabalho aos servidores públicos e melhor atendimento ao público em geral;
- Pagamento retroativo do reajuste dos servidores públicos que foi concedido pelo governo Agnelo e suspenso, em 2015, pelo governo Rollemberg;
- Pagamento das pecúnias após publicação da aposentadoria dos servidores, conforme previsto no Regime Jurídico Único - RJU;
- Reposição de perdas salariais e reajuste dos auxílios alimentação e de saúde dos servidores públicos do DF;
- Construção e implementação da Universidade Distrital;
- Instituição de uma política de combate ao assédio moral sofrido pelos servidores públicos nos locais de trabalho;
- Garantia do direito de greve, fazendo cumprir a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho - OIT;
- Revogação da Reforma da Previdência realizada por meio do Projeto de Lei Complementar nº 122/2017, que muda o regime previdenciário do funcionalismo público do DF;
- Realização de Concurso público para recomposição total dos quadros do GDF e das empresas estatais, e sociedades de economia mista, de maneira a sanar o déficit de profissionais;
- Melhoria do serviço de concessão de licenças para tratamento da saúde dos servidores públicos do DF.

NA EDUCAÇÃO

- Defesa e implementação do Plano Distrital de Educação - PDE;
- Aplicação da Meta 17 – PDE, assegurando a isonomia entre os/as trabalhadores/as em educação com outras áreas com nível de escolarização equivalente;
- Implementação de educação em tempo integral conforme meta do Plano Distrital de Educação - PDE;
- Gestão Democrática do Ensino Público com autonomia financeira e política, conforme Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012;

- Contraposição às propostas da “Lei da Mordça” que visa penalizar os/as educadores/as que proponham o debate crítico nas salas de aula;
- Criação de políticas públicas que garantam a segurança nas áreas escolares do DF;
- Compromisso com um ensino público de qualidade, posicionando-se contrário à reforma do Ensino médio e à Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio – BNCC que flexibiliza os currículos e desobriga o ensino das disciplinas de história, geografia, sociologia, filosofia, artes, educação física, língua estrangeira, física, química e biologia.

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DEFESA DAS ESTATAIS

Combater as privatizações e a venda do patrimônio público e defender que as estatais sejam públicas, de qualidade e a serviço da sociedade.

- Defesa e fortalecimento das empresas distritais, enquanto empresas públicas e de desenvolvimento regional, como a Companhia Energética de Brasília - CEB, Companhia de Água e Esgoto de Brasília- CAESB e Banco de Brasília - BRB;
- Combate de toda e qualquer proposta de privatização das estatais do DF, assegurando que as empresas distritais sejam públicas e de qualidade;
- Defesa das empresas estatais federais que possuem sedes ou postos de trabalho no Distrito Federal;
- Realização de concursos públicos para as empresas estatais do GDF, visando a primarização das atividades.

CONTRA OS DESMONTES DOS BANCOS PÚBLICOS E EM DEFESA DOS TRABALHADORES/AS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Os bancos públicos desempenham um papel fundamental em nossa cidade, pois são importantes instrumentos de promoção do desenvolvimento econômico e social. Defender essas instituições e seus/as trabalhadores/as é defender um país melhor, mais desenvolvido, menos desigual, mais justo e mais fortalecido.

- Manutenção dos bancos públicos, Banco do Brasil, Caixa e BRB, sendo os dois últimos 100% públicos. Defender os bancos públicos e seus/uas trabalhadores/as é defender um país melhor, mais desenvolvido, menos desigual, mais justo e mais fortalecido;
- Compromisso em apoiar as pautas e lutas dos/as trabalhadores/as do ramo financeiro que atuam como cooperativários de crédito, lotéricos, funcionários de casas de câmbio, promotores de crédito, correspondentes bancários/não bancários, entre outros;
- Respeito e valorização da categoria bancária do DF, apoiando a luta dos/as trabalhadores/as do ramo financeiro, de forma que a atividade-fim seja preponderante em sua atuação, não permitindo que seja aplicada a terceirização irrestrita e sem limites para esse segmento, que reduz direitos e escraviza os/as trabalhadores/as;
- Garantia de que a tecnologia no setor financeiro seja desenvolvida para servir e auxiliar os clientes e usuários do sistema bancário. Não permitindo a prática de nenhum tipo de exclusão, seja

ela por meio de demissão do/a trabalhador/a – que não teve a condição dada pela empresa para se aperfeiçoar –, seja pela exclusão do cliente e usuário, que não sabe e/ou não teve chance de se atualizar perante às novas tecnologias, muitas vezes impostas pelas instituições financeiras;

- Contraposição à resolução CGPAR 23, que impõe uma série de alterações para as autogestões em saúde das empresas estatais, violando direitos adquiridos pelos/as funcionários/as das empresas estatais, assegurados em acordos coletivos de trabalho, estatutos e convenções que regulam as entidades de autogestão de saúde;
- Posicionamento contrário ao PLP 268/2016 em tramitação no Congresso Nacional que enfraquece a participação dos trabalhadores na gestão dos fundos de pensão e abre as portas dessas entidades para agentes do mercado. Fato que resultará em prejuízos aos/trabalhadores/as, reduzirá o poder dos/as trabalhadores/as a um terço dos conselhos deliberativo e fiscal e impedirá a eleição de representantes da classe trabalhadora nas diretorias;
- Garantia da participação dos/as trabalhadores/as nos Conselhos de Administração das Empresas Estatais, Fundações e Autarquias, nos moldes da Lei Federal Nº 12.353 de 28/12/2010;
- Abertura de discussão sobre a eleição para dirigentes de todas as empresas de economia mista no DF.

DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO COMO PARTE DE UMA ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICA

Os longos anos de monopólio da mídia e a falta de compromisso com a realidade têm gerado um verdadeiro deserviço público à sociedade. Nesse sentido, é preciso garantir que o sistema de comunicação do DF seja democratizado, possibilitando a visibilidade e a voz às diversas opiniões, culturas, crenças, pautas e posicionamentos políticos. É preciso uma comunicação que tenha compromisso com a realidade e com a democracia. Diante disso é necessário:

- Desenvolvimento de políticas públicas com a criação do Conselho de Comunicação no DF;
- Implantação plena do Sistema Público de Comunicação do DF, com o fortalecimento da Rádio Cultura e da Agência Brasília, visando à criação da Empresa DF de Comunicação, com perspectiva da construção de uma TV Pública Distrital, com uma gestão democrática, com participação da sociedade, autonomia financeira e independência editorial;
- Criação do Fundo da Comunicação do DF com regulamentação da Lei que garanta a destinação de 10% de verbas publicitárias oficiais para veículos comunitários e alternativos;
- Realização de campanhas institucionais e publicitárias de combate ao racismo, sexismo, machismo, homofobia e intolerância religiosa;
- Criação do Observatório de Mídia Distrital financiado pelo GDF, para acompanhamento, análise, sistematização e encaminhamento de propostas ao Poder Público, à sociedade e aos veículos de comunicação relativos ao conteúdo dos meios;
- Criação de Centros de Produção de Mídia articulados com as rádios comunitárias, pontos de cultura, centros culturais e escolas, funcionando como ambiente transversal e comunitário, com equipamentos e profissionais qualificados para o uso educativo e democrático da comunicação em todas as regiões administrativas;
- Articulação da comunicação com o sistema público de ensino, investindo na formação de educomunicação (interface entre comunicação e educação) nas escolas do Distrito Federal para o ensino de leitura crítica da mídia.

AMPLIAÇÃO DOS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA, COM TRANSPARÊNCIA E MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A democracia participativa é um importante instrumento que permite às/aos cidadãs/ãos decidirem sobre os orçamentos públicos e influenciarem na gestão do governo de sua cidade. Assim sendo, é preciso:

- Ampliação do controle social sobre o Estado, com a institucionalização das Conferências Distritais e ampliação da capacidade de formulação e deliberação dos diversos conselhos sobre as políticas de governo;
- Criação e implementação de políticas públicas de enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes, e também para a erradicação ao Trabalho infantil.

GARANTIA DE RESPEITO ÀS DIFERENÇAS, À ACESSIBILIDADE E À INCLUSÃO SOCIAL

Os princípios de acesso e acessibilidade são elementos essenciais na democracia, pois dizem respeito à eliminação de barreiras, que é fundamental para garantir a participação social.

- Revogação do Estatuto da Família aprovado no DF;
- Realização de pesquisa pela Codeplan para levantar o perfil das pessoas com deficiência e suas necessidades para possibilitar a elaboração de políticas públicas para esse segmento;
- Cumprimento da Lei de Cotas para pessoa com deficiência no serviço público e iniciativa privada;
- Implementação de Política de mobilidade urbana para pessoas com deficiência nos marcos da LBI – (Lei Brasileira de Inclusão) -13.146/2015;
- Garantia do funcionamento regular do Conselho de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Distrito Federal - CODEDE – respeitando prazos, com estrutura e orçamento;
- Implantação de políticas de inclusão digital e de acessibilidade para trabalhadores/as com deficiência no mercado de trabalho.

COMBATE À PRECARIZAÇÃO IMPOSTA AOS/ÀS TRABALHADORES/AS TERCEIRIZADOS/AS

A aprovação da terceirização irrestrita aprofundou um cenário nocivo à classe trabalhadora, já que esse modelo de contratação, segundo o DIEESE, possibilita que os terceirizados recebam 25% menos, trabalhem mais, e permaneçam menos tempo no emprego, se comparados com os contratados direto. Além disso, a terceirização favorece situações análogas à escravidão.

- Ampliação da rede de restaurantes comunitários e creches, próximo aos shoppings, grandes centros comerciais e aeroporto;
- Adequação, nos contratos de empresas que prestam serviços ao DF, em conformidade com a Instrução Normativa Nº 3 do Ministério do Planejamento, a delimitação da metragem máxima de limpeza por parte dos/as trabalhadores/as terceirizados/as;

- Garantia da proteção de empregados/as terceirizados/as no âmbito dos Poderes Públicos do DF, a fim de evitar assédio moral eleitoral por parte das empresas prestadoras de serviços continuados;
- Instituição de sanção pela não quitação, no prazo legal, da folha de pagamento de trabalhadores/as terceirizados/as;
- Proibição da administração pública do DF a celebrar contratos para a aquisição de bens ou serviços com empresas ou entidades que mantenham trabalhadores/as em condições análogas ao trabalho escravo;
- Providência para que os trabalhadores/as terceirizados/as não sejam obrigados/as a cumprir a reposição de horas por recessos determinados pelo GDF;
- Garantia do fechamento do comércio aos domingos e feriados.

CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL CONSOANTE COM UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO, GARANTINDO O DIREITO À CIDADE, À MOBILIDADE URBANA, AO ACESSO À CULTURA E AO ATENDIMENTO DE QUALIDADE POR PARTE DO ESTADO

Trabalhar para que no DF tenha cidades economicamente sustentáveis, fisicamente organizadas, socialmente justas e institucionalmente democráticas e participativas. Combatendo o uso de agrotóxicos, considerando a questão hídrica, os impactos das grandes obras e a mineração, e a garantia do desenvolvimento sustentável, com a proteção aos mananciais. Por isso é preciso:

- Promoção do desenvolvimento sustentável do DF, com criação de empregos verdes, adotando tecnologias limpas e sustentáveis, incluindo a promoção de uma educação socioambiental à população, gerando mais e melhores empregos e postos de trabalhos decentes visando uma transição justa;
- Revitalização os Parques das Regiões Administrativas – RA'S e criação de novos, onde não houver, proporcionando lazer, bem estar e qualidade de vida dos moradores do Distrito Federal;
- Fortalecimento das políticas de mobilidade urbana interligadas que promovam o acesso à cidade através do transporte público com qualidade e preços acessíveis e que contribuam para redução da emissão de CO₂;
- Priorização da aquisição da produção de agroecológicos e da agricultura familiar em todo o sistema de compras governamentais, principalmente na merenda escolar;
- Estabelecimento do uso da água como um direito fundamental, garantindo a manutenção do abastecimento da população e seu acesso ao saneamento básico público e universal, combatendo especulação imobiliária e edificações sem responsabilidade socioambiental, respeitando o ZEE (Zoneamento Ecológico Econômico) de forma a assegurar a manutenção das bacias hidrográficas e lençóis freáticos do DF;
- Garantia da coleta seletiva em todo o DF com a destinação correta dos resíduos sólidos e coleta seletiva em parceria com as Associações de Catadores de Lixo e indústria de reciclagem e manufatura reversa;
- Desenvolvimento de políticas de educação ambiental nas escolas do DF;
- Ampliação da instalação de equipamentos de acesso à saúde, à educação, ao esporte e ao lazer, bem como a proteção às áreas verdes;
- Fortalecer os mecanismos de democracia direta e participativa na gestão da cidade, como os Conselhos e o orçamento participativo;
- Realização do PDOT sob a ótica do bem estar social e ambiental, garantindo a participação da sociedade em todas as suas dimensões, incluindo-se todas as entidades civis organizadas (sociais e sindicais), de ma-

neira a possibilitar uma visão global;

- Garantia da mobilidade urbana no DF, ampliando os investimentos, aprimorando a gestão, melhorando a qualidade e reduzindo as tarifas do transporte coletivo, priorizando a construção e ampliação das malhas metroviárias, das ciclovias e dos corredores de ônibus;
- Revitalização e criação de bibliotecas públicas em Brasília;
- A criação de uma Companhia Distrital de Tecnologia da Informação, que preste serviço em TI para outros órgãos do Estado, como a criação e manutenção de sistemas e sites, visando a modernização do setor público e a melhoria da qualidade de vida do cidadão. É importante que a sede dessa Companhia esteja situada no Parque Tecnológico Cidade Digital, estimulando a ida de outras empresas para aquele local;
- Instituição da meia entrada em espetáculos teatrais e musicais, exposições de arte, exibições cinematográficas e demais manifestações culturais e esportivas para trabalhadores/as de baixa renda no DF;
- Valorização do movimento cultural local, proporcionando políticas públicas de apoio a esse movimento;
- Rediscussão do Fundo de Apoio à Cultura – FAC e a democratização dos recursos deste Fundo.

SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE, GRATUITA E UNIVERSAL

Após a aprovação da EC 95 no governo Temer, a saúde pública no Brasil que já estava combalida, tem a sua situação agravada com a falta de investimentos. Essa medida arbitrária traz impactos imediatos sobre a saúde pública no Brasil, como o fechamento dos hospitais, unidades de saúde sucateadas e a falta de profissionais da saúde nas unidades de atendimento. Esse caos impacta diretamente o serviço público e a comunidade, gerando incerteza de atendimento.

- Garantia do Sistema Único de Saúde - SUS 100% público, universal e de qualidade, que valorize os/as trabalhadores/as da saúde, com o fim das Organizações – OS - no SUS;
- Revogação da Lei nº 5.899/2017, que transforma o Hospital de Base do Distrito Federal em Instituto e permite a sua exploração pelo capital privado;
- Investimento e ampliação das unidades de Pronto Atendimento (UPA's), assegurando o acesso da população à saúde de qualidade, gratuita e universal;
- Ampliação do atendimento nos postos de saúde da RA's;

SAÚDE DO TRABALHADOR

- Garantia de que a representação do Conselho de Saúde do DF contemple a representatividade dos usuários do SUS;
- O Conselho de Saúde do Distrito Federal, ancorado na legislação pertinente, deverá ter a garantia de seu pleno funcionamento com dotação orçamentária anual;
- Fortalecimento do Programa de Saúde do Trabalhador no DF, prevalecendo indicações técnicas no CEREST-DF, com ampliação da equipe multiprofissional;
- Efetivação da Resolução 450/2015, do Conselho de Saúde do DF, que indica que a Secretaria de Saúde implante, em caráter de urgência, cinco Núcleos Regionais de Vigilância em Saúde do Trabalhador (NRVISAT), nas Regiões de Saúde onde não há CERESTs Regionais;
- Promoção de debates e implementação de políticas públicas sobre temas relacionados à saúde do/a trabalhador/a tais como: dependências químicas e as consequências para o/a trabalhador/a no ambiente de

trabalho; o adoecimento no serviço público, especialmente sobre saúde mental desses/as trabalhadores/as; a Violência Organizacional como causa do Assédio Moral; a depressão e suas consequências como o suicídio; a humanização do atendimento dos adoecidos no trabalho junto à Previdência Social e o INSS;

- Implementação, no âmbito do DF, da Política Nacional de Saúde do Trabalhador;
- Assistência social, por parte do GDF, às pessoas que possuem doenças raras.

POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA AS MULHERES

Para que se promova a redução do feminicídio, da violência doméstica e familiar, do racismo e do preconceito contra as mulheres, é preciso que se firmem compromissos que venham reduzir as desigualdades no mercado de trabalho e na sociedade.

- Ampliação da rede e integrar os serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência, garantindo estrutura para o funcionamento da Casa Abrigo com dotação orçamentária na LDO.
- Retomada do funcionamento da Casa da Mulher Brasileira, instrumento de defesa e proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e seus dependentes menores;
- Implementação, no âmbito do Distrito Federal, da política da saúde da mulher, garantindo seus direitos sexuais e reprodutivos, em especial da mulher negra, trans e lésbica;
- Promoção de condições para que as mulheres decidam soberanamente sobre a maternidade, garantindo o planejamento reprodutivo e o aborto legal e seguro;
- Fortalecimento das políticas de combate à discriminação de gênero, raça e orientação sexual;
- Priorização do acesso das mulheres aos sistemas de crédito, estimulando formas sustentáveis de produção, a organização em entidades organizadas e a valorização do trabalho;
- Promoção de campanhas e políticas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, contra o assédio moral e sexual no trabalho e na sociedade;
- Universalização ao acesso à creche pública, gratuita e estatal de qualidade, como direito da criança e autonomia das mulheres;
- Criação e implementação de políticas que possibilitem a ampliação do número de escolas de educação infantil no regime de período integral, cumprindo a meta estabelecida no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, no Plano Nacional de Educação – PNE;
- Promoção de ações que possam contribuir para o enfrentamento das práticas machistas, lesbofóbicas, transfóbicas e discriminatórias no ambiente escolar, inserindo a linguagem inclusiva e combatendo a violência e o preconceito.

PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE

A juventude significa naturalmente a diversidade, seja de pensamento, de vida, de compreensão de mundo. É nesse contexto que o jovem se percebe cidadão e inicia as suas reflexões, formando a sua compreensão social, política e cultural. É uma etapa importante em que os jovens podem refletir sobre a construção do mundo que desejam. Sendo assim, é dever do estado a proteção para esse segmento, garantindo-lhes condições necessárias para exercer a sua cidadania como lhe é de direito.

- Eliminação do genocídio da juventude negra e reativar o programa “Juventude Viva”;
- Criação do Projeto de Lei assegurando direito aos jovens, até 21 anos, para pagarem meia entrada

em programas culturais;

- Garantia de centros de atendimento especializado a crianças e adolescentes em todas as Regiões Administrativas do DF;
- Ampliação e fiscalização do Programa Menor Aprendiz, evitando que os jovens sejam submetidos a trabalhos inapropriados;
- Incentivo e apoio a projetos culturais direcionados aos jovens, promovendo e ampliando o acesso à arte, às possibilidades de escolhas, oportunidades e perspectivas de futuro;
- Estímulo às empresas ou consórcios que recebam isenção fiscal do GDF, a disporem cotas de estágios como forma de oportunizar experiência aos/às estagiários/as, adolescentes aprendizes e jovens trabalhadores/as;
- Incentivo e valorização à juventude rural para reduzir o êxodo desses jovens para os centros urbanos.

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Historicamente as populações negras, quilombolas, indígenas e ciganas se encontram em vulnerabilidade, uma vez que o racismo e o preconceito arraigado em nossa sociedade aprofundam as desigualdades. O combate ao racismo e ao preconceito deve ser proporcionado pelo Estado através de acessos às políticas públicas e aos direitos conquistados com vistas a eliminar as discriminações e reduzir as desigualdades.

- Seguimento à política integral da população negra, indígena, quilombola e cigana, incluindo ações de mobilização pró-saúde, considerando as especificidades dessas populações, em especial, das mulheres assegurando seus direitos sexuais e reprodutivos;
- Implementação da Lei 10.639/03, sobre a História e Cultura Afro brasileira; a Lei 11.645/08, sobre a História e cultura Afro brasileira e indígena, para estimular e fomentar o respeito às diferentes culturas e à diversidade, e a Lei nº 12.288/10, que institui o Estatuto da Igualdade Racial;
- Implementação de políticas de geração de emprego e de enfrentamento à violência letal da juventude negra com foco no combate às desigualdades;
- Implementação, no DF, o feriado de 20 de Novembro - Dia Nacional da Consciência Negra como reconhecimento à luta e resistência do povo negro, liderado por Zumbi dos Palmares;
- Promoção de campanhas de combate ao preconceito e à discriminação racial institucional no ambiente de trabalho, que elimine o racismo nas escolas, hospitais, delegacias e demais órgãos públicos e na sociedade.
- Promoção de ações para combater a violação de terreiros e garantir o respeito às religiões de matriz africana, assegurando a liberdade de credo.

SEGURANÇA PÚBLICA NO DF

A falta de segurança pública é um dos grandes problemas enfrentados atualmente no DF. A população sofre diariamente com essa violência e os crimes em Brasília cresceram significativamente. Para sanar esse problema é necessário:

- Reversão do genocídio da população negra com a geração de uma política de segurança que elimine o racismo institucional, onde a polícia não seja treinada para enxergar a população negra como suspeita e o inimigo a ser combatido;

- Ampliação da rede de Delegacias da Mulher, investimento na qualificação de agentes de segurança no atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e nos espaços públicos, e o fortalecimento da aplicação da Lei Maria da Penha e da Lei do Feminicídio;
- Combate à violência contra mulheres, pobres, crianças e adolescentes, população negra (extermínio da juventude negra), indígenas e LGBT's.

MELHORIA E RECONHECIMENTO DO TRABALHO NO CAMPO

A valorização do/a trabalhador/a rural perpassa pelo reconhecimento do trabalho no campo, do fomento à economia solidária, à agricultura familiar e à reforma agrária como fonte importante do progresso, de novas formas de geração de emprego e renda no campo e na cidade. Para possibilitar esse reconhecimento é preciso:

POLÍTICAS PÚBLICAS

- Geração de mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento, através da valorização do trabalho no campo para a promoção da igualdade, distribuição de renda e inclusão social;
- Formulação de pacto contra a pobreza e a miséria no campo, em parceria com todos os setores da sociedade, estabelecendo metas, estratégias e recursos, com planos específicos de combate à pobreza rural, contemplando ações de acesso à terra, crédito, tecnologia, água e assistência técnica, e potencializando a agricultura familiar sustentável e agroecológica;
- Fomento de campanhas de erradicação do trabalho infantil e trabalho escravo no campo;
- Criação de políticas setoriais de saúde, educação, moradia e assistência que integrem de forma intersetorial, focalizando ainda ações em recortes de gênero, geração, raça e orientação sexual, buscando a implementação de uma política afirmativa e inclusiva;
- Garantia dos direitos dos/as trabalhadores/as rurais assalariados/as, combatendo o trabalho escravo;
- Obrigatoriedade do fornecimento gratuito de equipamento de proteção individual - EPI para agricultores/as ou trabalhadores/as rurais expostos a produtos perniciosos;
- Criação e execução de programas e campanhas de enfrentamento à violência doméstica e familiar no campo.

SAÚDE

- Criação de programa de saúde no campo para o atendimento à saúde dos/as trabalhadores/as, em especial para as mulheres, nos seus princípios originais da gratuidade, integralidade e universalização;
- Redução no uso de agrotóxicos na produção rural, além da garantia à população do acesso a produtos da agroecologia, por meio da constituição de redes entre produtores e consumidores, fortalecendo os produtores agroecológicos e de agricultura familiar por meio de incentivos fiscais;
- Criação de campanhas de orientação sobre intoxicações e problemas de saúde ocasionados pela aplicação de agrotóxicos e prevenções de doenças laborais.

EDUCAÇÃO NO CAMPO

- Fomento do ensino em escolas técnicas agrícolas, nos níveis fundamental e médio, através da melhoria das escolas existentes e da criação de novos estabelecimentos de ensino;
- Criação de uma política de financiamento especial para a educação no campo que considere as especificidades da população rural;
- Garantia de merenda escolar de qualidade, articulada com organizações locais de agricultura familiar e da pesca artesanal, no fornecimento de produtos;
- Garantia de transporte escolar público, gratuito e seguro a todos/as os/as estudantes da área rural.

AGRICULTURA FAMILIAR

- Apoio e valorização da agricultura familiar no âmbito do Distrito Federal e RIDE;
- Fortalecimento da agricultura familiar via fomento de crédito, implantação de infraestrutura necessária com apoio técnico, formação profissional e organização em cooperativas e associações;
- Integração da agricultura familiar às economias locais para geração de emprego, renda e desenvolvimento, assegurando que a produção seja direcionada às creches, escolas e hospitais locais;

REFORMA AGRÁRIA

- Combate à concentração da posse da terra e assegurar a manutenção das famílias no campo através da reforma agrária e seus fomentos;
- Promoção da regularização fundiária e cadastramento de unidades domésticas rurais;
- Apoio às famílias assentadas com implantação de infraestrutura necessária com ajuda técnica, formação profissional e organização em cooperativas;
- Fortalecimento da economia solidária por meio de incentivos, como a comercialização dos produtos, créditos, redes e cadeias, articulando as ações de economia solidária com outras atuações e programas existentes;
- Incentivo às cadeias produtivas com o atendimento simplificado e integrado das cooperativas da economia solidária e garantias legais diferenciadas do mercado;
- Implantação de centros de distribuição e comercialização a partir de programas que garantam a geração de emprego e renda de forma sustentável e autônoma.
- Implementação da Reforma Agrária no DF, além de desenvolvimento de política de ordenamento territorial e a destinação de terras públicas, visando a conservação das riquezas naturais e o direito da população aos seus territórios.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES DE BRASÍLIA



/cutbrasiliaooficial



/CUTBrasilia



/cutbrasiliala

CUT ® **BRASÍLIA**

www.cutbrasiliala.org.br